

Entrevista



APRESENTAÇÃO

Convidado para debater o filme “Trabalhar Cansa”, o professor **Vladimir Safatle** esteve na Cidade de Goiás no dia 28 de junho para participar do XIV Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental. Na oportunidade, Nádia Junqueira Ribeiro, membro da equipe editorial da Revista *Inquietude*, entrevistou o professor do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), que possui graduação e mestrado em Filosofia pela mesma universidade e doutorado em *Lieux et transformations de la philosophie* - Université de Paris VIII. O professor é, ainda, graduado em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, sendo colunista da Revista Carta Capital e do Jornal Folha de S. Paulo.

Nessa entrevista, Safatle indica um grave problema subjacente à greve das universidades federais, que diz respeito à falta de disposição do Estado em financiar o sistema de educação (que passou por expansão) para que este funcione de forma eficaz. Para o professor, o país passa por um processo que deve vir a se esgotar em poucos anos. Esse processo se refere não só à educação, mas a um modelo de vida social que já não se sustenta, sendo necessário outro que deve passar por enfrentamentos com participação direta da sociedade, como, por exemplo, exigência de uma reforma tributária radical.

O esgotamento a que se refere Safatle também passa pelo sistema político eleitoral brasileiro, caracterizado pelo professor como plutocrático e que permite alianças absurdas pelos impasses do processo de coalizão. Escândalos envolvendo corrupção, como o caso Cachoeira em Goiás, indicam um vício, para Safatle, que impede um desenvolvimento da democracia, que repete suas imperfeições. O professor de filosofia, ainda nessa entrevista, critica a produção cultural brasileira, os impedimentos de circulação da informação e a exclusão das Ciências Humanas do edital de intercâmbio do governo federal “Ciências Sem Fronteiras”.

Professor Safatle, no último dia 18 completou-se um mês que as universidades federais entraram em greve e já são 55 instituições federais paralisadas, o que indica uma forte mobilização. O que está em jogo, afinal, nessa grande greve? Direitos trabalhistas ou um modelo de universidade e educação?

Essa situação é totalmente atípica, porque não se trata de uma greve somente por reivindicações salariais, mas por infraestrutura também. A UNIFESP, por exemplo, vive isso de uma forma muito brutal. Houve um processo de expansão da universidade federal nos últimos anos, um processo importante, substancial, como há muitas décadas não se via no Brasil. Mas para se realizar a contento, esse processo precisa de um nível de financiamento que o Ministério da Educação atual não está disposto a pagar.

Acho que os burocratas do Ministério ainda não entenderam isso: que agora nós temos uma rede de universidades federais que é muito superior a que existia há dez, quinze anos. E elas têm demandas que não são demandas pontuais, são constantes: de infraestrutura, laboratórios, prédios, mais professores, recuperação da estrutura salarial dos professores. Tudo isso está sendo negligenciado de uma maneira absolutamente equivocada.

Eu acredito que há um problema ainda mais grave por trás, que é esse ciclo de expansão da universidade federal. Ele foi possível graças à margem de manobra que o “lulismo” forneceu ao Brasil. Ou seja, essa margem que fez com que, sem muitos conflitos, você conseguisse deslocar certa quantidade de investimento do Estado para setores como seguridade social e educação. E quando foram tentar deslocar para saúde, veja que interessante, só havia uma maneira de deslocar: através da sustentação de um imposto em cima de transações bancárias. E como esse imposto sumiu, o financiamento da saúde foi para o espaço. Só que estamos nesse momento agora; esse modelo se esgotou.

O Estado precisa de um financiamento muito maior que está disposto a gastar com Educação, sem isso o salto da educação nunca será

possível e nem mesmo a realização adequada do processo de expansão das universidades federais. Esse salto significa desenvolver um tipo de capitalização do Estado que passa, por exemplo, por uma reforma tributária. Mas não uma reforma tributária tal como você encontra na imprensa. Mas uma que se baseia na taxação de grandes fortunas, impostos de renda pesado para pessoas que têm alta renda, taxação de transações financeiras, bancárias.

Nas eleições na França, recentemente, o candidato vencedor prometeu que há de estabelecer uma alíquota de 75% de imposto de renda. Nossa alíquota vai até 27,5%, ou seja, uma distorção completamente absurda. Agora imagina o que é chegar até a classe alta e dizer que vai taxar seu rendimento em 50%? Você vai ver esse pessoal utilizando sua influência em setores da imprensa, políticos para se mobilizar contra o Estado. O governo brasileiro não tem força política para colocar isso na pauta do debate. Então no fundo o problema é muito mais grave.

Você aponta alguma saída para essa greve?

Dentro do modelo que foi implementado no Brasil na última década, não há saída. O Estado não se deu conta ainda de que ele não pode conservar o mesmo nível de investimento em educação que ele tinha. Não tem mais condição de fazer um acréscimo aqui, outro ali. Então temos um problema grave que não vai se resolver com um ou outro reajuste.

Estamos num processo gradativo de exigência de maior envolvimento do Estado com a educação. Essa ideia de que nossas dependências educacionais poderiam ser resolvidas com participação mais efetiva da iniciativa privada, que foi o modelo implementado nos anos 1990, demonstrou que é uma completa falácia. Uma produção completa de catástrofes. O país que mais levou isso a cabo foi o Chile e olha o que nós temos hoje: 120 mil pessoas em Santiago exigindo educação pública de qualidade.

O futuro que podemos esperar é um envolvimento na ordem da radicalidade do Estado em relação à educação pública. Só através de uma mobilização radical da sociedade que pode se exigir esse engajamento do Estado. Mas para ele se engajar a esse ponto é necessário um nível de financiamento que não se dá sem conflito social mais grave, ou seja, sem colocar a ala mais espoliadora da classe alta brasileira contra a parede.

Se isso fosse feito, haveria um outro modelo de estrutura política, marcado por certos conflitos, que não é o que viveu desde as primeiras décadas do século XXI. Mas esse modelo não tem mais como se conservar. Talvez por mais dois, três anos, até a Copa, quem sabe, mas o nível de descontentamento vai crescendo. Não há alternativa de crítica plausível e eficaz contra esse modelo, e é função, inclusive da classe intelectual, oferecer outro modelo de funcionamento da vida social à opinião pública. Insistir um pouco no fato de que não se trata de fazer uma crítica abstrata a tudo que foi feito, mas de compreender que há processos. Esse acabou e outro precisa começar. E se não conseguirmos iniciar esse processo, todos esses problemas ligados à saúde, educação, vão se perpetuar.

A aprovação de 10% do PIB do Brasil para Educação pode ser um passo rumo a essa radicalidade?

É uma reivindicação justa e necessária e um passo muito importante. Deve-se exigir um nível mínimo de investimento. As pessoas falam: “Ah, mas os investimentos em educação da Alemanha e dos Estados Unidos não chegam a 10% do PIB”. É importante lembrar que os desafios da educação brasileira são muito maiores do que de todos esses países. Temos múltiplos desafios, de vencer o analfabetismo, constituir uma educação fundamental e média de qualidade e sustentar uma educação de Ensino Superior que, diga-se de passagem, tem vários elementos bem sucedidos.

Temos a melhor universidade da América Latina, produções extremamente relevantes, pesquisadores que trabalham de maneira

heroica durante décadas desenvolvendo alta tecnologia em vários setores, como fármaco e de biocombustíveis. Há uma tradição, ainda, das ciências humanas da mais alta relevância. O Brasil é um país que pôde fornecer para o debate nacional figuras como Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda e Milton Santos. Nós podemos ter orgulho dessa produção, que nos ensinou a pensar o Brasil e seus desafios.

Então há uma exigência de conservar e avançar, retirar as coisas do atraso, da obscuridade e na outra ponta conservar as potencialidades dessas pesquisas de ponta, desses debates profundos em todas as áreas da universidade. Portanto, há um quadro de tarefas que talvez nenhum país tenha; umas estão no século XIX e outras no século XXI. Temos que pensar com duas cabeças. Não dá para pensar que temos que resolver primeiro esses problemas do século XIX e aí tudo o que foi feito durante décadas se degradar. Há um raciocínio tosco que diz que antes de investirmos nas universidades, temos que investir na educação primária. É de um primarismo de fazer vergonha esse pensamento. Deve-se haver a capacidade de jogar em dois tabuleiros.

As políticas de cota podem ser consideradas uma ferramenta de se jogar em dois tabuleiros?

As políticas de cota demonstraram sua eficácia em todos os lugares onde foram implementadas. Elas levam em conta o fato de que as sociedades são desiguais e é necessário criar condições para que a igualdade seja alcançada. Não é possível ficar rifando duas, três gerações, enquanto a igualdade não vem. Eu acho que a experiência mundial de cotas impede quaisquer críticas a seu respeito. Não há nenhum lugar onde elas deram errado.

Foram nos Estados Unidos onde foram mais bem aplicadas. Esse país pode ter um milhão de problemas, mas com certeza esse tipo de política foi mais bem sucedida lá do que em qualquer outro país. Você

encontra professores negros, juízes negros, classe média negra e um presidente negro. Isso é algo fundamental pra formação da coesão social e para capacidade de retirar grandes extratos da população de uma situação de completa vulnerabilidade.

Com essa expansão das universidades, os professores acabam disputando entre seus pares certa produção para atingir a progressão de carreira. Faz sentido haver essa espécie de empreendedorismo dentro das universidades? Na atividade do professor?

Não sou contrário a certas exigências de concorrência e de avaliação nas universidades, por publicações ou coisas dessa natureza. Afinal de contas, o Brasil é um dos poucos países do mundo que conseguiram garantir um sistema absolutamente público. Acho natural que a sociedade se pergunte a todo momento o que estamos fazendo e procure avaliar. O que acontece é: o governo tem de dar todas as condições necessárias para cobrar o que está cobrando. Não é possível não dar condições para formação de laboratórios, boa divisão de trabalho entre os professores, para criação de revistas, participação em congressos, colóquios, todos esses elementos fundamentais para consolidação da produção intelectual e acadêmica. Não é possível haver intermitência nesse processo.

Lembraria que a área de humanas é uma área que está sendo particularmente prejudicada por isso. Houve aí um edital chamado “Ciências Sem Fronteiras”, que estabeleceu uma série de áreas prioritárias para que o Brasil pudesse enviar alunos para fora e não havia uma área de humanas. O que é algo completamente incompreensível e só posso explicar isso por um preconceito tosco com a área de humanas. Não consigo entender que questões como o problema da violência urbana, do uso de antidepressivos, da medicalização do sofrimento psíquico, problemas ligados a direitos humanos não tenham importância.

Goiás nos últimos meses tornou-se centro da mídia nacional com escândalos envolvendo o contraventor Carlos Cachoeira e políticos goianos. A corrupção, mais uma vez, entra em pauta e a população fica à espera de julgamentos. De que forma você acredita que a projeção desses escândalos inibe ou desenvolve as discussões acerca do sistema político brasileiro?

A gente não conseguiu dar esse salto ainda. Fica a simples indignação estéril. Já passamos por décadas de escândalos, eles sempre se repetem e têm uma característica inacreditável: eles tocam todos os partidos sem exceção. Esse caso é exemplar, com envolvimento de deputado de PT, governador do Estado, vereador do Psol. Isso demonstra que há um processo horizontal de disseminação do escândalo.

A democracia brasileira não se desenvolve progressivamente, ela está em processo incessante de repetição de seus próprios limites. Estamos num círculo vicioso, no qual não conseguimos ultrapassar uma característica imperfeita de nossa democracia. Não conseguiremos enquanto não compreendermos que esses casos de corrupção são sintomas claros de que a estrutura política eleitoral partidária brasileira é uma aberração completa em vários níveis. Ela é plutocrática, ou seja, para eleger um deputado hoje é necessário pelo menos R\$5 milhões. Para fazer campanhas extremamente caras, para fazer com que se crie uma relação de dependência entre a classe política e os setores mais mafiosos do mundo empresarial brasileiro.

Ela tem como característica, ainda, ser uma repetição infundável dos impasses do processo de coalizão. Ou seja, você não consegue criar uma situação na qual o partido que ganha consegue governar sozinho, e isso faz com que seja obrigada a criar alianças mais heterodoxas, mais absurdas possíveis para conseguir algum tipo de maioria. Houve eleições recentemente na Grécia, e o partido que foi na frente ganhou mais de 50 cadeiras para que pudesse ter maioria estável. O maior partido no Congresso Brasileiro tem 91 deputados e no congresso eles são 513, ou

seja, não há nem 20% das cadeiras nas mãos do partido vencedor. Então ele é obrigado a criar alianças absurdas e esdrúxulas porque o sistema foi feito exatamente para um modelo de perpetuação de certas oligarquias.

Alianças como de Haddad e Maluf nas eleições pela prefeitura de São Paulo?

Esse é mais um capítulo do processo de degradação política, de equívoco, no sentido de uma incompreensão completa de que esse é um modelo que bloqueia a capacidade de transformação da sociedade brasileira. Ele é feito para que essas transformações não atinjam um grau de razoabilidade necessário. Ou seja, dentro desse processo não há saída. Seria necessário fazer um outro tipo de procedimento que consiste, dentre outras coisas, no aumento da participação popular direta.

Eu lembraria, ainda, de um último aspecto. No Brasil, as empresas corruptoras são sempre as mesmas desde a ditadura militar, como a Camargo Corrêa que estava na operação Bandeirantes e até hoje perpassa praticamente todos os escândalos. Cria-se um sistema jurídico em que as artimanhas de bacharel podem ser definidoras do ritmo desse processo, onde banqueiros podem dizer que têm facilidades no Supremo Tribunal. Se isso não se modifica, o preço é alto do ponto de vista democrático.

Você vê o evidenciamento desses escândalos de corrupção, nos últimos anos, como algo positivo?

Enquanto esse evidenciamento não abrir espaço, não trazer como consequência a exigência social de modificação estrutural do sistema eleitoral brasileiro, ele não vai servir para nada. Vai servir para tirar uma pessoa aqui, outra ali, provocar algumas catarses de raiva e nada mais.

Professor, o senhor comenta sobre algumas das formas de despolitizar uma sociedade. Uma delas é impedir a circulação de informações. Como isso provoca uma despolitização?

Há duas maneiras de se impedir a circulação de informações. A primeira, mais tradicional, quando não se permite, simplesmente, que as informações apareçam, sob a forma de censura, por exemplo; quando se retira o caráter dramático das informações e as coloca em situações que não são normais, não são discutidas, simplesmente são apresentadas. Isso ainda existe muito no Brasil. A outra maneira é aquela através da qual se impede que uma informação receba suas múltiplas interpretações necessárias, a informação já vem com nota de rodapé.

O terceiro modo acontece muito na imprensa mundial. As informações não são retiradas, mas existe uma geografia da informação e se ela é dada em determinado local, momento, associado a tal informação, se retira sua forma mobilizadora. Se uma informação é dada na última página do jornal é diferente de dar na primeira página, no centro, por exemplo. É uma maneira muito comum de cercear a informação.

E isso acarreta, diretamente, na despolitização da sociedade?

Não acredito que a sociedade brasileira seja despolitizada, não concordo com essa ideia. Acredito que ela seja totalmente politizada. Ela passa por um momento em que se desenvolve uma consciência de que é necessária uma política para além das estruturas partidárias. Que nós não podemos confiar muito em partidos se quisermos avançar nossas pautas políticas fundamentais. Paulatinamente o brasileiro toma consciência disso e isso vai se radicalizar nos próximos anos. Quando ela tiver sua força necessária, veremos de novo algumas manifestações bastante importantes que podem trazer boas consequências a nível nacional.

Apesar do crescimento econômico que o Brasil vive nos últimos dez anos, o senhor afirma que o desenvolvimento cultural estagnou e não acompanhou esse crescimento. Estamos aqui, num Festival de cinema, mas que integra outras tantas artes, com presença de artistas de peso na atualidade. Como esses artistas têm desenvolvido esse papel frente à cultura brasileira? Onde está a deficiência?

A cultura brasileira nessas últimas décadas, em especial na última década, não é simplesmente estagnada, mas também intermitente. Há grandes produções muito interessantes que aparecem, mas não têm força de constituir a tradição do debate, não têm capacidade de induzir novas produções. Há alguns momentos na história em certos países que duas ou três obras conseguem sintetizar a experiência estética de determinada época e fazem com que a produção seja impulsionada a partir daí. Ela cria uma tradição, abre novo espaço, o que não ocorre no Brasil.

Por mais que haja boas produções cinematográficas, uma ou outra produção literária relevante, isso não tem força. E isso não tem a ver com uma espécie de diagnóstico ou momento mundial, de desarticulação da potencialidade criativa das artes. Porque há certas situações que são bastante significativas. A Argentina, por exemplo, tem uma produção cinematográfica na última década de qualidade excepcional. Nos últimos quinze anos o Chile desenvolveu uma produção literária extremamente relevante. A produção do cinema iraniano, também, é impressionante. Ou seja, isso não é uma coisa do nosso tempo, esse problema é brasileiro. E ele toca várias questões: a política cultural estatal, o modelo de política cultural, o modelo de circulação da produção e alguns problemas estruturais da cultura brasileira.

A música popular brasileira teve papel paradigmático nos anos 1970, não só enquanto produção musical, mas como campo fundamental de ressonância das questões nacionais. Havia uma situação dos músicos populares, eram não só músicos, mas a consciência cultural da sua época. Por mais que haja críticas a Gilberto Gil, Chico Buarque, Caetano Veloso,

é inegável que eles desempenharam esse papel e é inegável que ninguém mais conseguiu desenvolver essa função. Por que são mais formados que essa geração? Porque a música popular brasileira sempre esteve ligada à questão da identidade nacional, o que significa pensar o Brasil.

Quando o problema da identidade nacional saiu de cena, pensar o Brasil pareceu perder importância, a produção ficou completamente anêmica, como é agora, comparada ao que já foi. Por mais que possa haver um ou outro nome que tenha qualidade, é inegável que o tipo de debate que a experiência cultural e crítica produziam ficou limitado. A música sempre foi vista como um setor fundamental da cultura brasileira na sua autoafirmação enquanto nação. Tanto que nosso modernismo é nacionalista, com Vila Lobos, Guerra-Peixe, Osvaldo Lacerda. Quando essa questão não teve mais relevância, a música perdeu sua força. Não há outro modelo de produção que não seja a tematização desse tipo de questão.